



Educação & Sociedade

ISSN: 0101-7330

revista@cedes.unicamp.br

Centro de Estudos Educação e Sociedade

Brasil

Castro, Jorge Abrahão de  
Evolução e desigualdade na educação brasileira  
Educação & Sociedade, vol. 30, núm. 108, outubro, 2009, pp. 673-697  
Centro de Estudos Educação e Sociedade  
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313700003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## EVOLUÇÃO E DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

JORGE ABRAHÃO DE CASTRO\*

*RESUMO:* Este estudo apresenta a evolução e as desigualdades ainda reinantes nas condições educacionais dos brasileiros. O foco na desigualdade educacional foi adotado por se entender ser este um dos principais problemas que potencializam a manutenção das enormes desigualdades sociais enfrentadas pela população brasileira. A análise mostrou que, apesar da ampliação que vem ocorrendo, ainda existe no Brasil um baixo acúmulo de escolarização; que, a despeito da diminuição da taxa de analfabetismo, persiste ainda um elevado contingente de analfabetos; que, embora tenha ocorrido ampliação do acesso à educação infantil, ainda é muito restrito o acesso às creches e insuficiente para o ensino médio; a insuficiência e o desigual desempenho para conclusão dos ensinos fundamental e médio; e o acesso restrito e desigual à educação superior. Além disso, verificou graves níveis de desigualdade quando se consideraram os aspectos regionais e a renda, sendo que os habitantes da região Nordeste e os mais pobres ficaram em pior situação em quase todos os indicadores analisados.

*Palavras-chave:* Educação. Desigualdade. Desigualdade educacional. Escolarização.

EVOLUTION AND INEQUALITY IN BRAZILIAN EDUCATION

*ABSTRACT:* This study presents the evolution and persistent inequalities of Brazilians' educational attainment. Educational inequality is one of the main problems that allow the maintenance of the abysmal social disparities faced by the Brazilian population. Analysis has shown that: schooling accumulation rate is still rather

---

\* Doutor em Ciéncia Económica e pesquisador associado da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA). E-mail: abrahao.castro@ipea.gov.br

low; despite illiteracy rate reduction, a large absolute number of illiterates still exist; despite the increase of general coverage, nursery school (0-6 years old) and secondary school access are still wanting; and primary, secondary and higher education present very unequal patterns of participation and performance. Regarding inequality, this paper reveals that inhabitants of the northeastern region and the poorest deciles have the worst indicators throughout the time span analyzed.

*Key words:* Education. Inequality. Educational inequality. Schooling.

## Introdução

**A** educação, tendo como uma de suas formas de atuação mais importantes a escolarização, é um fator capaz de desenvolver nos indivíduos suas potencialidades ao permitir o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como previsto na Constituição de 1988. Quando disseminada de forma universal é um dos mais importantes mecanismos para a promoção de oportunidades entre membros de um país. É, ainda, mais importante em situações de alta desigualdade, quando então ganha maior relevo a responsabilidade do poder público.

Nos países mais desenvolvidos a educação é parte das políticas sociais, compondo o núcleo do sistema de promoção social mediante sua capacidade de ampliar as oportunidades para os indivíduos, além de ser um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico. Por isso absorve elevada quantidade de recursos públicos. No Brasil, mais recentemente, ocorreram avanços importantes na ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades educacionais, chegando à universalização do acesso ao ensino fundamental. No entanto, ainda é um grave problema a baixa escolaridade média da população e a desigualdade permanente, o que mantém na pauta das discussões a necessidade da universalização da educação básica e a melhoria da qualidade da educação, bem como a eliminação do analfabetismo, com inevitáveis impactos de longo prazo para a área.

Portanto, é de grande importância identificar a evolução e as desigualdades ainda reinantes nas condições educacionais dos brasileiros. Nesta direção é que este trabalho procura delinear a dinâmica

e o quadro atual da situação da educação da população brasileira para servir de subsídio à discussão e formulação de políticas públicas.

Para tanto, começa-se com o que ocorreu com a média de anos de estudo (média de escolarização da população de 15 anos ou mais), que é um dos indicadores utilizados internacionalmente para verificar a situação educacional de determinado país ou região. Apresenta-se um novo indicador denominado de hiato educacional – mede a quantidade de anos de estudos que, em média, faltam aos brasileiros que estão abaixo da meta da educação. Em seguida, dimensiona-se e analisa-se a situação do analfabetismo. Por último, procura-se qualificar o acesso à escolarização que ocorreu no período, permitindo, em todos os níveis e modalidades de ensino, se obter um perfil tanto dos sucessos quanto dos fracassos verificados no sistema. Além disso, os indicadores são analisados com ênfase no comportamento das desigualdades educacionais, segundo recortes de renda, localização (urbano/rural), regional, cor ou raça e por sexo.

#### Evolução e desigualdades nos anos de estudo<sup>1</sup> médios da população

A evolução da situação educacional brasileira, apresentada na tabela a seguir, revela que no período examinado ocorreu uma ampliação de aproximadamente 0,14 pontos porcentuais (p.p.) ao ano para o número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais. Por isso se levou 15 anos para ampliar em 2,1 anos a média de anos de estudo da população. No entanto, essa taxa de crescimento não é a mesma quando se consideram as regiões. Por exemplo, a região Centro-Oeste mostra uma taxa de crescimento de aproximadamente 0,19 p.p. ao ano, ao passo que na região Norte essa taxa foi de apenas 0,10 p.p. ao ano. Com isso, a taxa média brasileira atingiu 7,3 anos, tendo como extremos as regiões Sudeste (8,0 anos) e Nordeste (6,0 anos). Desse modo, apenas a primeira região atingiu, pelo menos em termos médios, a escolarização mínima obrigatória de 8 anos de estudos, estabelecida pela Constituição Federal de 1988.

Existem diferenciais bastante expressivos, também, quando se observa esse indicador levando em consideração o quesito localização e raça ou cor. Na categoria localização o diferencial chega próximo de menos 4 anos de estudos para a população rural em comparação com a

Evolução e desigualdade na educação brasileira

população urbana/metropolitana. Essa população é a que se encontra em melhor situação, já atingindo 8,5 anos de estudo. A população negra também tem menos 2 anos de estudo, em média, em comparação com a branca.

**Tabela 1**  
Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade,  
por categorias selecionadas –1992-2007

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>15 anos ou mais</b>														
Brasil	5,2	5,3	5,5	5,7	5,7	5,9	6,1	6,4	6,5	6,7	6,8	6,9	7,1	7,3
Norte	5,4	5,3	5,5	5,6	5,7	5,8	6,1	6,3	6,5	6,6	6,2	6,4	6,6	6,8
Nordeste	3,8	4,0	4,1	4,3	4,3	4,5	4,6	4,9	5,1	5,3	5,5	5,6	5,8	6,0
Sudeste	5,8	6,0	6,2	6,3	6,4	6,6	6,7	7,1	7,2	7,4	7,5	7,6	7,8	8,0
Sul	5,6	5,7	5,9	6,1	6,1	6,3	6,5	6,7	7,0	7,2	7,3	7,4	7,6	7,6
Centro-Oeste	5,4	5,5	5,6	5,8	6,0	6,1	6,2	6,5	6,8	6,9	7,1	7,2	7,4	7,5
<b>Localização</b>														
Urbano Metropolitano	6,6	6,7	6,9	7,0	7,1	7,3	7,4	7,6	7,8	8,0	8,1	8,2	8,5	8,5
Urbano Não-Metropolitano	5,4	5,4	5,6	5,8	5,9	6,0	6,2	6,4	6,6	6,8	6,9	7,0	7,2	7,3
Rural	2,6	2,8	2,9	3,1	3,1	3,3	3,4	3,4	3,6	3,8	4,0	4,1	4,3	4,5
<b>Sexo</b>														
Masculino	5,1	5,2	5,4	5,6	5,6	5,8	5,9	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	7,0	7,1
Feminino	5,2	5,4	5,6	5,7	5,8	6,0	6,2	6,5	6,7	6,8	7,0	7,1	7,3	7,4
<b>Raça ou Cor</b>														
Branca	6,1	6,2	6,4	6,5	6,7	6,8	7,0	7,3	7,4	7,6	7,7	7,8	8,0	8,1
Negra	4,0	4,1	4,3	4,5	4,5	4,7	4,9	5,2	5,5	5,7	5,8	6,0	6,2	6,3
<b>Faixa Etária</b>														
10 anos ou mais	4,9	5,0	5,2	5,3	5,4	5,6	5,8	6,1	6,2	6,4	6,5	6,6	6,8	6,9
15 a 24 anos	5,8	5,9	6,2	6,3	6,5	6,8	7,0	7,4	7,7	8,0	8,1	8,3	8,4	8,5
25 a 29 anos	6,5	6,6	6,7	6,8	6,9	7,0	7,2	7,5	7,7	8,0	8,1	8,4	8,7	8,9
30 a 39 anos	6,1	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	6,8	7,0	7,2	7,3	7,5	7,6	7,8	7,9
40 anos +	3,8	3,9	4,2	4,3	4,4	4,6	4,7	5,0	5,2	5,3	5,4	5,5	5,7	5,9

Fonte: Microdados da PNAD (IBGE).

Elaboração: DISOC/IPEA.

Nota: <sup>1</sup>A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

<sup>2</sup>Raça negra é composta de pretos e pardos.

<sup>3</sup>A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Sabe-se que o número médio de anos de estudo ainda se encontra em um patamar bastante insatisfatório em razão da elevada proporção de analfabetos entre adultos e idosos e da baixa escolarização dessas coortes. Observa-se que a população com mais de 40 anos tem a menor média de anos de estudo, 5,9 anos, ao passo que a população de 25 a 29 anos chega a 8,9 anos de estudo, ou seja, 3,0 anos de estudo a mais.

Outra forma de verificar a situação das desigualdades na educação é comparar o acúmulo de escolarização entre ricos e pobres. Para tanto, um dos procedimentos mais simples e usuais é perfilar a população na faixa etária em foco, do mais pobre para o mais rico, ou seja, de forma crescente, de acordo com a renda. Em seguida, divide-se a população em partes iguais – usualmente se utiliza a divisão em cinco partes que podem ser comparadas. O primeiro quinto é o mais pobre e o último o mais rico, assim são utilizados para comparação. Vejam-se os resultados na Tabela 2, a seguir.

**Tabela 2**

Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por categorias selecionadas, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – 2007

Brasil, sexo, cor, situação no domicílio, Grandes Regiões	Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	5,0	5,8	6,3	7,5	10,3
Norte	5,1	5,5	6,1	6,7	9,4
Nordeste	4,4	4,7	5,4	5,7	8,7
Sudeste	6,0	6,6	6,9	8,2	10,8
Sul	5,5	6,3	6,6	7,9	10,5
Centro-Oeste	5,6	5,9	6,2	7,7	10,8
<b>Localização</b>					
Urbano	5,6	6,2	6,7	7,8	10,4
Rural	3,9	4,3	4,2	5,1	6,7
<b>Raça ou Cor</b>					
Branca	5,6	6,2	6,7	7,7	10,5
Preta ou parda	4,8	5,6	6,0	7,2	9,5
<b>Sexo</b>					
Homens	4,6	5,5	6,1	7,4	10,2
Mulheres	5,4	6,0	6,5	7,6	10,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2007)

A tabela é bastante ilustrativa e mostra como as diferenças de renda impactam no estoque de escolarização da população, observando que aqueles que se encontram no 1º quinto têm em média 5 anos de estudo e os mais ricos, que se encontram no 5º quinto, possuem cerca de 10,3 anos, ou seja, estão 5 anos (dobro) na frente dos mais pobres.

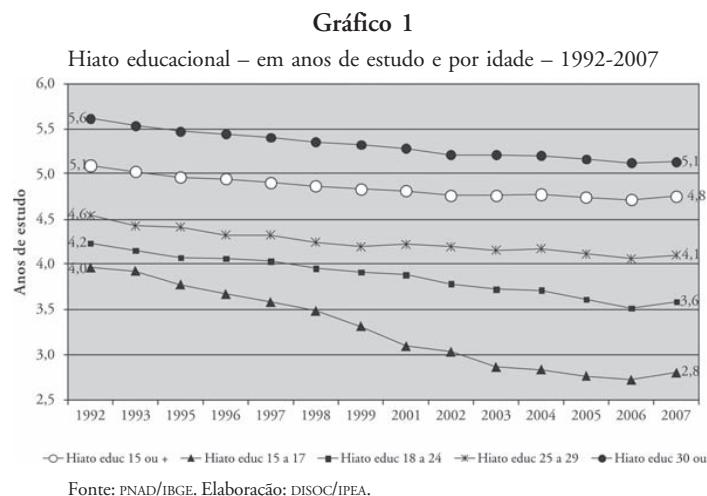
Também mostra que, indiferentemente da categoria selecionada, existe tendência de os mais ricos sempre estarem em melhor situação que os mais pobres. Apenas na área rural é que este indicador para os mais ricos caiu abaixo da escolarização obrigatória. Enquanto isso os mais pobres, em nenhuma situação, conseguem chegar perto desta marca, o que vale até o 3º quinto.

Essa medida também não é a mesma quando se consideram as regiões. Observa-se que os mais ricos do Sudeste têm pelo menos 2 anos a mais de estudo que os do Nordeste, ao passo que a diferença entre os mais pobres é de 1,6 ano. No caso da localização, observa-se, ainda, forte diferenciação, com os mais ricos urbanos tendo aproximadamente 3,7 anos de estudo a mais que os do meio rural; já para os mais pobres a diferença é de 2,7 anos.

### O *hiato educacional*

Outra forma de medir a situação da educação dos brasileiros é o indicador que denominamos de hiato educacional. Esse indicador mede a quantidade de anos de estudo que, em média, faltam aos brasileiros que estão abaixo da meta da educação obrigatória, no caso 8 anos de estudos para atingir a meta, por faixa etária.

O Gráfico 1 mostra que o hiato é muito grande, mas que houve avanços em todas as faixas etárias, com velocidades diferentes. Observa-se que quanto mais velha é a idade selecionada menor é a queda do hiato. Por exemplo, para a população com mais de 30 anos, o hiato saiu de 5,6 anos para 5,1 (este valor indica que essa população não atingiu nem metade da meta). Na população de 15 a 17 anos, apesar de o hiato ainda ser bastante expressivo, caiu de 4 (metade da meta) para 2,8 anos de estudo. Este número revela as dificuldades dos alunos em concluir no tempo adequado seu período de estudo, o que remete aos problemas da repetência e da evasão escolar.



Portanto, ampliar o acesso a cursos na modalidade de educação de jovens e adultos, aos segmentos populacionais de maior idade implicará a aceleração do crescimento da escolaridade média da população brasileira. No entanto, assegurar a conclusão do ensino fundamental a todos os brasileiros, na idade adequada – meta que integra o compromisso do governo brasileiro no âmbito dos *Objetivos do Milênio* –, não apenas concorrerá para ampliar o nível médio de escolaridade da população brasileira, como também favorecerá a progressiva obrigatoriedade do ensino médio, previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional. Neste sentido, a elevação do número médio de anos de estudo da população brasileira, a um patamar minimamente aceitável, dependerá, em grande medida, dos avanços que forem logrados no âmbito da educação de jovens e adultos e em relação à universalização da conclusão do ensino fundamental.

#### Evolução e desigualdades no analfabetismo

No Brasil, o analfabetismo é ainda um dos grandes problemas sociais a serem enfrentados para a construção da cidadania plena. Segundo definição internacional, o grau de analfabetismo de uma população é

medido pela taxa de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples. Para verificar a evolução e as desigualdades quanto a esse problema, além da taxa de analfabetismo, é necessário conhecer quem e quantos são e onde estão os analfabetos.

Para tanto, foram construídos alguns indicadores cujos resultados são apresentados na tabela a seguir. Os números revelam que a população brasileira apresenta uma elevada taxa de analfabetismo, se comparados aos de outros países do próprio continente Sul-Americano, como Equador, Chile e Argentina. Porém, mostra também uma redução sistemática da taxa de analfabetismo. A queda no valor da taxa tem sido permanente desde o começo da década de 1990, tendo esse índice recuado para cerca de 10% em 2007. Como se pode constatar na Tabela 3, nos últimos 14 anos a taxa de analfabetismo foi reduzida em 7,2 p.p., com redução média de cerca de 0,47 p.p. ao ano. Entretanto o número total de analfabetos no Brasil continua praticamente o mesmo nos últimos anos, girando em torno de 14 milhões de pessoas.

Analizando-se do ponto de vista regional, observa-se que coube à região Nordeste a maior redução, de 32,7% para 20%, em 2007, o que representou um decréscimo médio de 0,87 p.p. ao ano, bem superior ao verificado nas demais regiões. Apesar desse movimento mais rápido de mudança no indicador, essa região ainda apresenta um índice que é o dobro da média brasileira e bastante acima das taxas no Sul-Sudeste, que não ultrapassam 6%. Isso se deve ao fato de aquela região concentrar 53% do total de analfabetos brasileiros nessa faixa etária. Tanto no Nordeste quanto no Brasil como um todo cerca de 90% dos analfabetos está na faixa etária de 25 anos ou mais, sendo que a maior concentração, em números absolutos e relativos, recai sobre a população acima de 40 anos.

Além dos diferenciais regionais, observam-se números bastante expressivos também quando esse indicador leva em consideração o quesito localização e raça ou cor. Para a categoria localização, observa-se que no meio rural quase um quarto de sua população é analfabeto, já para a população urbana/metropolitana este índice é de 4,4%. A população negra tem mais analfabetos (14,1%) que a população branca (6,1%), entretanto a velocidade da redução da taxa tem sido maior para os negros, em média de 0,79 p.p. ao ano, ao passo que para os brancos foi de 0,28 p.p. ao ano.

**Tabela 3**  
Taxa de analfabetismo segundo categorias selecionadas – 1992-2007

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
15 anos ou mais														
Brasil	17,2	16,4	15,6	14,7	14,7	13,8	13,3	12,4	11,8	11,6	11,4	11,1	10,4	10,0
Norte	14,2	14,8	13,3	12,4	13,5	12,6	12,3	11,2	10,4	10,6	12,7	11,6	11,3	10,9
Nordeste	32,7	31,8	30,5	28,7	29,4	27,5	26,6	24,3	23,4	23,2	22,4	21,9	20,8	20,0
Sudeste	10,9	9,9	9,3	8,7	8,6	8,1	7,8	7,5	7,2	6,8	6,6	6,6	6,0	5,8
Sul	10,2	9,8	9,1	8,9	8,3	8,1	7,8	7,1	6,7	6,4	6,3	5,9	5,7	5,4
Centro-Oeste	14,5	14,0	13,3	11,6	12,4	11,1	10,8	10,2	9,6	9,5	9,2	8,9	8,3	8,1
Localização														
Urbano Metropolitano	8,1	7,4	7,0	6,5	6,5	5,9	5,8	5,6	5,4	5,2	5,2	5,0	4,4	4,4
Rural	35,9	34,5	32,7	31,2	32,0	30,2	29,0	28,7	27,7	27,2	25,8	25,0	24,1	23,3
Raça ou Cor														
Branca	10,6	10,1	9,5	9,4	8,9	8,4	8,3	7,7	7,5	7,1	7,2	7,0	6,5	6,1
Negra	25,7	24,8	23,5	21,8	22,2	20,8	19,8	18,2	17,2	16,8	16,2	15,4	14,6	14,1
Faixa Etária														
15 a 17 anos	8,2	8,2	6,6	5,9	5,4	4,6	3,7	3,0	2,6	2,3	2,1	1,9	1,6	1,7
18 a 24 anos	8,6	8,2	7,2	6,5	6,8	5,4	4,9	4,2	3,7	3,4	3,2	2,9	2,4	2,4
25 a 29 anos	10,0	9,3	9,3	8,1	8,6	7,7	7,2	6,8	6,3	5,8	5,8	5,7	4,7	4,4
30 a 39 anos	12,0	11,6	11,0	10,2	10,3	10,1	9,6	9,0	8,4	8,3	7,9	7,7	7,2	6,6
40 anos +	29,2	27,8	26,1	24,9	24,8	23,3	22,8	21,2	20,4	19,9	19,6	19,0	17,9	17,2

Fonte: Microdados da PNAD (IBGE).

Elaboração: DISOC/IPEA.

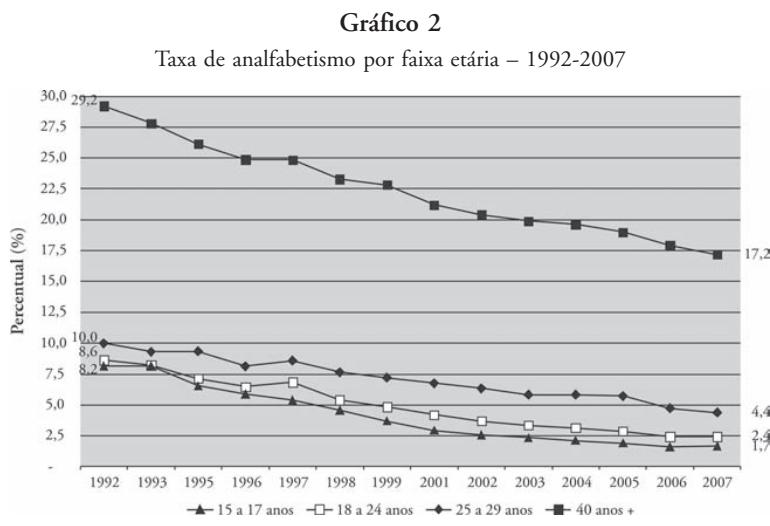
Nota: <sup>1</sup>A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

<sup>2</sup>Raça negra é composta de pretos e pardos.

<sup>3</sup>A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A evolução do analfabetismo, que é apresentada no Gráfico 2, mostra que o avanço representado pela redução substancial do analfabetismo na faixa etária de 15 a 17 anos (de 8,2%, em 1992, para 1,7%, em 2007) e na faixa de 18 a 24 anos (8,6% para 2,4%) reflete a evolução do sistema educacional na incorporação e alfabetização de crianças e jovens. A maior redução ocorreu na faixa de 40 anos ou mais (0,76 p.p. ao ano), contudo os dados para a população acima de 40 anos alertam para o grande contingente de analfabetos nesta faixa etária. Entre os jovens de 15 a 17 anos, ocorreu uma subida de 0,1 p.p. em 2007; tal resultado pode ser decorrente de um efeito de composição, pois a população nesta faixa está decrescendo rapidamente, à velocidade de aproximadamente 1,6% ao ano, a partir de 2005.

Evolução e desigualdade na educação brasileira



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: DISOC/IPEA.

Comparar o analfabetismo entre os mais ricos e os pobres, a partir da distribuição da renda, é outra forma de verificar as desigualdades. Usando o mesmo procedimento utilizado anteriormente, verificou-se que a renda é um elemento determinante no analfabetismo. Dessa forma, observa-se que aqueles que se encontram no 1º quinto, mais pobres, apresentam uma taxa de 18,7% de analfabetismo, ao passo que para os que se encontram no 5º quinto, os mais ricos, a taxa é de apenas 2,0%, ou seja, a taxa de analfabetismo entre os mais pobres é nove vezes superior àquele verificado entre os mais ricos.

Além disso, observa-se, pelos dados apresentados na tabela a seguir, que, indiferentemente da categoria selecionada, existe tendência de os mais ricos sempre estarem em melhor situação que os mais pobres. Apenas na área rural e na região Nordeste é que este indicador se amplia muito para os mais ricos. Enquanto isso, os mais pobres, em quase todas as situações, não conseguem chegar nem perto da taxa nacional (10%).

**Tabela 4**

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por categorias selecionadas, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – 2007

Brasil, sexo, cor, situação no domicílio, Grandes Regiões	Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
<b>Brasil</b>	<b>18,5</b>	<b>14,2</b>	<b>13,2</b>	<b>7,1</b>	<b>2,0</b>
Norte	14,6	13,0	12,9	12,2	4,4
Nordeste	25,7	23,2	21,5	22,7	10,2
Sudeste	9,5	8,2	8,5	4,0	1,1
Sul	10,2	6,9	7,7	3,4	0,9
Centro-Oeste	11,7	11,1	12,4	6,2	1,4
<b>Localização</b>					
Urbano	14,7	11,7	10,4	5,8	1,6
Rural	25,7	23,8	28,1	17,8	9,1
<b>Raça ou Cor</b>					
Branca	13,6	10,9	9,4	5,4	1,3
Preta ou parda	20,5	16,3	16,3	9,4	3,6
<b>Sexo</b>					
Homens	21,9	15,0	12,7	6,5	1,6
Mulheres	15,6	13,6	13,6	7,6	2,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2007).

Na discussão do analfabetismo, constataram-se as seguintes características: (a) é bem mais acentuado na população negra; (b) as regiões menos desenvolvidas, os municípios de pequeno porte e as zonas rurais são os que apresentam os piores índices; (c) está fortemente concentrado na população de baixa renda; (d) o porcentual e a quantidade de analfabetos ampliam-se quanto mais velha é a população; e (e) existe ainda um número considerável de analfabetos jovens, sinônimo de que o sistema educacional ainda está produzindo analfabetos. Além disso, constatou-se que a taxa de analfabetismo dentro de uma mesma geração é pouco sensível a mudanças com o passar dos anos. Ou seja, cada geração permanece alheia à melhora do sistema educacional. Isso quer dizer que a queda do analfabetismo se processa fortemente pelo efeito demográfico e menos pelas iniciativas do governo ou da sociedade civil. Portanto, a queda do analfabetismo está ocorrendo pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional com a “saída” dos idosos analfabetos (morte).

## Evolução e desigualdade na educação brasileira

A constatação de que o analfabetismo não muda para as coortes demonstra a ineficácia dos programas de alfabetização de adultos e algumas causas podem ser aventadas: (a) baixa cobertura, pois, entre os atuais analfabetos, apenas pequena parte está frequentando a escola e quando frequenta vai a cursos de alfabetização de adultos. Isso se deve em grande medida a problemas de oferta, mas, também, a problemas de desinteresse dos analfabetos em procurar os programas e também a erro de foco, estratégias pedagógicas etc.; e (b) baixa eficácia na alfabetização dos que estão matriculados, que tem como indicações o fato de que parcela expressiva do público potencial apresenta um histórico de fracasso escolar, pois já frequentou a escola, e, assim sendo, trata-se de um público com sérias dificuldades de aprendizagem.

Portanto, por ainda ser bastante elevada, a taxa relativa à população de 15 anos ou mais estaria evidenciando problemas de acesso à escola, que grande parte da população brasileira mais velha teve quando estava no período adequado para frequentar escolas, assim como problemas do presente com a baixa cobertura/eficácia dos programas de alfabetização de adultos e idosos. Logo, sendo mantida tal tendência, a erradicação do analfabetismo no Brasil terá de aguardar por pelo menos outras duas décadas.

## Evolução e desigualdades na escolarização brasileira

Para complementar a análise aqui pretendida procura-se, a seguir, verificar como se processou o acesso da população ao sistema educacional e a sua permanência nele, considerando as faixas etárias, os níveis e as modalidades educacionais oferecidas, de forma que se tenha um perfil dos sucessos e dos fracassos do sistema. Neste sentido, serão observados os resultados para os índices de acesso e conclusão à escolaridade do brasileiro. Também é importante observar o que ocorreu com as desigualdades educacionais, considerando-se as regiões do país, a localização, a raça ou a cor, a renda e o sexo.

Para medir o acesso, um dos indicadores tradicionais é a taxa de frequência à escola por faixa etária.<sup>2</sup> Os resultados para esse indicador são apresentados na tabela a seguir, que revela avanços em relação a todo o período analisado. Inicia-se a análise com a educação infantil, destinada às crianças em idade anterior ao ensino obrigatório, que

constitui a primeira etapa da educação básica e inclui a creche e a pré-escola. Em 2006, foi aprovada a Lei n. 11.274, que diminuiu a idade de entrada no ensino fundamental obrigatório para os 6 anos (até então era aos 7) e aumentou a duração desse nível de ensino para nove anos. Assim, a educação infantil passou a se estender, a partir de 2007, às crianças de até 5 anos, sendo a creche para as de até 3 anos e a pré-escola para as de 4 e 5 anos.

O acesso das crianças de 0 a 3 anos à escola (creches) é muito pequeno no Brasil, sendo que a taxa de frequência é de apenas 17,1%. Esse porcentual é considerado baixo, em razão, principalmente, do que se previa no Plano Nacional de Educação (PNE), cuja taxa, em 2006, deveria ser de 30%. Ainda assim, essa faixa etária da população apresentou, no período analisado, uma das maiores taxas de incremento anuais (0,76 p.p. ao ano). Além de baixo, como pode ser observado na Tabela 5, o acesso às creches é desigual entre as crianças das diferentes regiões; entre as da zona urbana e da rural; entre as brancas e pretas ou pardas; e entre as de famílias mais pobres e mais ricas.

**Tabela 5**  
Taxa de frequência à escola, segundo as faixas etárias – Brasil (1992-2007)

Faixa Etária	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
0 a 3 anos	-	-	7,6	7,4	8,1	8,7	9,2	10,6	11,7	11,7	13,4	13,0	15,5	17,1
4 a 6 anos	54,1	57,8	53,5	53,8	56,3	57,9	60,2	65,6	67,0	68,4	70,5	72,0	76,0	77,6
7 a 14 anos	86,6	88,6	90,2	91,2	93,0	94,7	95,7	96,5	96,9	97,2	97,1	97,3	97,6	97,6
15 a 17 anos	59,7	61,9	66,6	69,4	73,3	76,5	78,5	81,1	81,5	82,4	81,9	81,7	82,2	82,1
18 a 24 anos	22,6	24,9	27,1	28,4	29,4	32,1	33,9	34,0	33,9	34,0	32,2	31,6	31,7	30,9
25 a 29 anos	5,8	6,4	7,0	7,6	8,5	9,4	10,4	12,3	12,5	12,9	12,5	12,5	13,0	12,4

Fonte: Microdados do PNAD (IBGE). Elaboração: DISOC/IPEA.

Notas: 1. A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000. 2. Raça negra é composta de pretos e pardos.

3. A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Obs.: Nas pesquisas de 1992 e 1993 a frequência à escola era investigada apenas para pessoas com 5 anos ou mais de idade.

As maiores desigualdades são verificadas quando as crianças são comparadas segundo a localização de seus domicílios ou de acordo com a renda de suas famílias, como mostra a Tabela 6. Das crianças da zona urbana, 19,6% frequentaram creche em 2007, porém na zona rural essa taxa é de 6,4%, ou seja, três vezes menor. Apenas 10,3% das crianças do quinto de renda mais baixo (ou seja, os 20% mais pobres) frequentam creche, ao passo que no quinto de renda mais elevado essa taxa é de 36,2%. Ou seja, a oportunidade de acesso à creche das crianças mais ricas é três vezes maior que a das crianças mais pobres. A diferença de acesso também é pronunciada entre as regiões, especialmente entre o Sudeste e o Nordeste. Na primeira, 22,1% das crianças frequentam creche e na segunda apenas 7,5%. Essa diferença é, em parte, devida à maior concentração de população rural na região Nordeste. Há, também, desigualdade, embora em um grau muito menor, no acesso à creche entre as crianças brancas e as pretas ou pardas: 14,5% das crianças brancas frequentam creche, taxa que na população preta ou parda é de 11,6%. Além disso, observa-se que essas desigualdades vêm se mantendo nestes patamares ao longo do tempo.

A situação do acesso à educação das crianças de 4 e 6 anos é bem melhor, embora ainda se verifiquem desigualdades, segundo as características analisadas. Conforme a Tabela 6, aproximadamente 77,6% das crianças dessa faixa etária frequentavam a escola, grande parte na pré-escola. Além disso, ressalta-se que foi nesta faixa que se observou, no período analisado, a maior taxa de incremento, aproximadamente 1,62 p.p. ao ano, o que fez a taxa crescer em torno de 23,4 p.p. em 17 anos.

Apesar desse avanço, também se observam desigualdades no acesso, principalmente quando se considera a renda (ver Tabela 6). No quinto de renda mais elevado, a frequência é de 92,2% e, no quinto de renda mais pobre, é de 71,0%; ou seja, uma diferença de 21,1 p.p. separa esses dois grupos de crianças. Essa desigualdade pode ser considerada ainda mais perversa quando se levam em conta os resultados de estudos que mostram que as crianças que mais se beneficiam da experiência pré-escolar são justamente as crianças mais pobres.

A diferença regional também é pronunciada, porém é inversa à situação da creche: na região Nordeste 82,7% das crianças de 4 e 6 anos estão na escola, ao passo que no Sul a taxa é de apenas 67,7%. Essa situação é em parte resultado de políticas e programas federais que

priorizaram o Nordeste na expansão de vagas. A desigualdade entre habitantes da zona urbana e rural é um pouco menor, no entanto ainda considerável: 80,4% para a zona urbana e 66,0% para a rural. Também se observa o acesso mais restrito das crianças pretas ou pardas (75,8%) que o das brancas (79,8%).

**Tabela 6**

Taxa de frequência bruta à educação infantil, por sexo, cor, situação do domicílio, Grandes Regiões e faixas de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo os grupos de idade – Brasil – 1995/2001/2005/2006/2007

Brasil, sexo, cor, situação do domicílio, Grandes Regiões, faixas de rendimento	0 a 3 anos de idade					4 a 6 anos				
	1995	2001	2005*	2006*	2007*	1995	2001	2005*	2006*	2007*
Brasil	7,6	10,6	13,0	15,5	17,1	53,5	65,6	72,0	76,0	77,6
Norte	5,6	7,3	5,8	8,0	7,5	55,0	60,1	60,0	64,2	68,3
Nordeste	7,1	10,5	11,7	13,3	14,1	56,1	70,5	77,6	80,4	82,7
Sudeste	8,3	11,6	15,8	19,2	22,1	55,1	68,2	75,9	80,9	81,7
Sul	8,6	11,8	16,1	18,3	21,3	45,1	55,3	62,1	66,4	67,7
Centro-Oeste	5,5	6,7	10,0	11,5	13,3	48,1	54,5	62,8	67,0	66,2
<b>Cor</b>										
Branca	8,7	11,4	14,5	17,1	19,4	59,3	69,1	75,8	79,4	80,4
Preta ou parda	6,2	9,6	11,6	13,8	14,9	35,9	50,7	57,0	62,3	66,0
<b>Situação do domicílio</b>										
Urbano	9,2	11,9	15,2	17,6	19,6	56,3	67,9	74,2	78,4	79,8
Rural	2,7	4,5	4,6	6,6	6,4	50,5	63,3	70,0	74,0	75,8
<b>Quintos do rendimento familiar <i>per capita</i> (%)</b>										
1º quinto					10,2					71,0
2º quinto						14,2				76,2
3º quinto						19,5				79,7
4º quinto						26,4				85,8
5º quinto						36,2				92,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1995, 2001, 2005 2006 e 2007.

\* Inclusive a população rural da região Norte.

Para a população de 7 a 14 anos (público potencial do ensino fundamental), a universalização do acesso à escola é um dos grandes avanços sociais após a Constituição Federal de 1988. Como pode ser constatado na Tabela 5, a taxa de frequência bruta, que era de 86,6% em 1992, passou a 97,6% em 2007. Por isso os indicadores de frequência ao ensino fundamental não revelam grandes disparidades quando comparados sob as óticas regional, da localização, de gênero, de raça ou cor e de renda (portanto, não serão apresentados). Deve-se mencionar que a manutenção da taxa de frequência nos últimos anos expressa o fim do ciclo expansionista do ensino fundamental, relacionado a dois fatores mutuamente articulados: de um lado, a relativa estabilização do fluxo escolar nessa etapa da Educação Básica, de outro, a diminuição da população nesta faixa etária.

Ao progresso alcançado no tocante à oferta de vagas, no entanto, sobrepõem-se vários desafios. Além de ainda haver uma porcentagem residual de crianças e jovens fora da escola, entre os matriculados há os que não aprendem ou que progridem lentamente, repetem o ano e acabam abandonando os estudos. Os fatores que contribuem para essas dificuldades estão relacionados à qualidade do ensino, a gestão das escolas e sistemas de ensino, às condições de acesso e permanência e às desigualdades sociais dos próprios alunos e de seus familiares.

Quanto aos aspectos escolares, observa-se para essa faixa etária que os aspectos mais relevantes são a repetência, a defasagem e a evasão escolar, que ampliam o tempo médio de permanência no ensino fundamental e comprometem negativamente os índices de conclusão desse nível de ensino. Essa situação é comprovada pelos dados que são apresentados na Tabela 7, a seguir, que mostra que a taxa média esperada de conclusão da 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental, em 2005/2006, correspondia a 87,6% e 53,8%, respectivamente. Portanto, nas quatro primeiras séries do ensino fundamental deixaram de concluir, em média, 12,4% dos que entraram, ficando retidos nas quatro primeiras séries ou abandonando a escola. Este processo de perdas se amplia na 8<sup>a</sup> série: são mais 33,8% dos que entraram no ensino fundamental que deixam de concluir essa série; somam-se, assim, 56,2% que não concluem na idade adequada esse nível educacional. Ou seja, o processo de perda de eficiência sistêmica vai se ampliando de acordo com o decorrer das séries deste nível de ensino. Os dados também revelam que essa situação é ainda mais dramática quando se consideram

os aspectos regionais, sendo que os alunos que se encontram nas regiões Norte e Nordeste apresentam taxas bem inferiores à média nacional, situando-se em torno de 80% (4<sup>a</sup> série) e 40% (8<sup>a</sup> série). Já na região Sul a situação é oposta.

**Tabela 7**

Taxa média esperada de conclusão no ensino fundamental (4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries) e no ensino médio, segundo a região geográfica e a Unidade da Federação – 2005/2006

Brasil e regiões	Ensino fundamental		Ensino médio
	4 <sup>a</sup> série	8 <sup>a</sup> série	3 <sup>a</sup> série
Brasil	87,6	53,8	66,6
Norte	81,0	40,5	62,7
Nordeste	79,4	38,7	67,7
Sudeste	94,5	66,6	69,3
Sul	95,0	69,1	69,0
Centro-Oeste	88,9	54,2	65,3

Fonte: MEC/INEP/DTDIE.

Outro aspecto que tem influenciado nos resultados ruins do ensino fundamental diz respeito às

(...) características do próprio alunado, mais especificamente, das condições econômicas e sociais adversas de grande proporção de alunos da rede pública. Comparando-se o porcentual de alunos oriundos de famílias com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo, da 1<sup>a</sup> e da 8<sup>a</sup> série, observa-se que esse é de 55,4% na 1<sup>a</sup> e que, na 8<sup>a</sup> série, reduz-se para 36,4%. Essa é uma evidência da exclusão dos alunos pobres durante o ensino fundamental. Entre as razões encontram-se a acumulação de repetências e a necessidade de auferir renda, especialmente quando mais velhos, levando-os a abandonar a escola antes de concluir-la. (Barreto, 2006)

O tempo que os alunos passam na escola é outra dimensão relevante para a qualidade da educação. As comparações internacionais, de

acordo com Barreto (2006), correlacionam o sucesso educacional e o tempo que o aluno passa diariamente na escola. No Brasil, a média de horas/aula diárias dos alunos do ensino fundamental, calculada pelos dados do Censo Escolar 2005, é de 4,4 horas, inferior àquela mostrada pelos países bem-sucedidos nessas comparações, cujos alunos estudam geralmente em tempo integral.

Portanto, no ensino fundamental as políticas educacionais ainda não resolveram os problemas de eficiência do sistema educacional brasileiro, especialmente na rede pública, responsável pela maior oferta de escolaridade nesta etapa de ensino. Os estudantes permanecem no sistema além da idade prevista e do tempo necessário para conclusão, reduzindo a quantidade de recursos disponíveis para aqueles alunos que avançam normalmente e de acordo com sua idade. Em contrapartida, isso revela que as políticas conseguem fazer com que as crianças e os jovens continuem na escola, mesmo depois de um ciclo de insucesso. Esse caso revela que as disparidades regionais podem ser superadas no acesso, entretanto continuam no percurso do aluno na escola, sobre as quais o FUNDEF não teve o efeito equalizador desejado e esperado.

Para a população compreendida entre os 15 e 17 anos (população potencial do ensino médio), observa-se na Tabela 5 que a taxa de escolarização teve crescimento contínuo até 2003 e, desde então, vem se mantendo mais ou menos constante. Parte de um índice de 59,7%, em 1992, e chega a 82,1%, em 2007, com crescimento de 1,6 p.p. ao ano. Por sua vez, a taxa de frequência líquida, nessa faixa etária, tem apresentado crescimento ininterrupto, ao longo do mesmo período, conforme mostra a tabela a seguir.

No entanto, os dados apresentados pela tabela evidenciam alguns dos problemas educacionais desta população, quando mostram que a frequência líquida ao ensino médio é de apenas 43,5%, ou seja, menos da metade da população está na faixa etária adequada a esse nível de ensino. Esse fato se deve aos entraves observados no fluxo escolar do ensino compulsório, o ensino fundamental, que tem elevada taxa de evasão e baixa taxa média esperada de conclusão, como foi visto anteriormente, o que compromete o acesso ao ensino médio.

As maiores desigualdades são verificadas quando a população dessa faixa etária é comparada segundo as regiões e de acordo com a localização de seus domicílios. A diferença de acesso é pronunciada entre as

regiões, especialmente entre a Sudeste e a Nordeste. Na primeira, 58,7% dessa população frequenta o ensino médio e na segunda apenas 34,6%. Essa diferença é, em parte, devida à maior concentração de população rural na região Nordeste. Da população de 15 a 17 anos da zona urbana, 56,9% frequentam o ensino médio, porém, na zona rural essa taxa é de 30,7%, ou seja, quase 25% menor. Há também desigualdade, embora em um grau muito menor, no acesso ao ensino médio entre brancos e negros: 79,8% das crianças brancas frequentam creche, taxa que na população negra é de 75,8%.

As desigualdades nesse acesso são pronunciadas, especialmente quando considerada a renda das famílias desses alunos: no 1º quintil, pouco mais de um quarto (28%) dos jovens de 15 a 17 anos cursam o ensino médio, proporção que para os mais ricos (5º quintil) é de 76,9%, ou seja, a oportunidade de acesso ao ensino médio dos adolescentes mais ricos é duas vezes superior a dos mais pobres. Os aspectos regionais também mostram diferenças. A situação é ainda pior entre os jovens pobres residentes da zona rural, em que apenas 18,3% estão incluídos no ensino médio. Jovens de cor negra, sejam do 1º quintil ou do 5º quintil, estão em desvantagem em relação aos brancos.

Além disso, para os jovens dessa faixa etária, que estão cursando o ensino médio, repetem-se os problemas de fluxo escolar, o que acarreta taxas médias esperadas de conclusão também inadequadas, como demonstram os dados apresentados na Tabela 7. A estimativa é de que apenas 66,6% dos alunos que ingressam no ensino médio o concluem. A maior desigualdade observada entre regiões, nesse indicador, é entre o Centro-Oeste (com 65,3%) e o Sudeste (69,3%).

Cabe ainda mencionar algumas características que não foram apresentadas, mas que são importantes, tais como: parte expressiva do atendimento escolar a essa faixa ocorre no período noturno; ainda existem dificuldades de acesso para uma parcela da população de 15 a 17 anos, com isso uma parcela está fora da escola; o acesso é um problema grave para a categoria Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois metade dos municípios brasileiros não a oferece; alunos com idade mais avançada do que aquela prevista para o ciclo têm resultados piores.

Para os jovens que se encontram na faixa etária entre 18 e 24 anos (população potencial para o ensino superior), observa-se na Tabela 5 que a taxa de escolarização teve crescimento contínuo até 1999 e,

Evolução e desigualdade na educação brasileira

**Tabela 8**  
Taxa de frequência líquida, segundo as faixas etárias – 1992-2007

Nível de ensino/Categorias selecionadas	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Ensino médio (15 a 17 anos)</b>														
Brasil	18,2	18,9	22,1	24,1	26,6	29,9	32,7	36,7	40,0	43,0	44,3	45,2	47,0	48,0
Norte	11,7	13,5	16,7	15,9	17,6	20,8	24,3	26,4	29,0	31,6	27,6	30,7	34,7	36,2
Nordeste	9,5	10,2	11,4	12,8	13,4	14,9	16,7	20,5	22,8	25,4	27,9	30,1	33,1	34,6
Sudeste	24,3	24,9	29,0	31,6	34,8	39,7	42,4	47,7	52,3	55,4	57,9	57,3	57,7	58,7
Sul	23,1	24,4	29,3	32,5	35,6	38,9	44,7	47,7	50,8	52,5	53,3	53,6	54,9	54,9
Centro-Oeste	17,5	18,2	21,1	23,5	27,3	29,3	32,2	36,6	40,0	44,2	44,7	45,8	48,1	49,5
Localização														
Urbano Metropolitano	25,9	25,8	30,3	32,4	34,5	38,6	41,4	46,7	49,6	52,0	54,2	54,4	55,4	56,9
Urbano Não-Metropolitano	20,0	20,9	23,7	25,9	28,6	32,4	35,6	37,9	42,0	45,0	46,8	48,1	50,0	49,7
Rural	5,3	6,3	7,7	8,8	11,1	12,2	15,2	17,0	18,5	21,7	22,0	24,6	26,9	30,7
Sexo														
Masculino	15,1	15,3	18,4	19,9	22,0	24,8	28,3	32,3	35,5	38,0	39,3	40,6	42,0	42,5
Feminino	21,3	22,5	25,9	28,5	31,2	35,1	37,2	41,2	44,5	48,2	49,5	50,0	52,2	53,8
Raça ou Cor														
Branca	27,1	27,7	32,3	34,0	38,1	41,0	44,2	49,6	52,4	54,9	56,2	56,6	58,4	58,7
Negra	9,2	10,2	11,9	13,4	14,7	18,6	21,2	24,4	28,2	31,9	33,6	35,6	37,5	39,4
<b>Ensino superior (18 a 24 anos)</b>														
Brasil	4,6	4,8	5,8	5,8	6,2	6,8	7,4	8,8	9,8	10,5	10,4	11,1	12,4	13,0
Norte	3,0	2,3	3,3	3,3	3,3	3,5	3,8	5,2	6,7	6,0	5,6	7,0	7,6	9,0
Nordeste	2,4	2,5	2,9	3,1	3,0	3,2	3,7	5,0	5,1	5,7	5,8	6,0	7,0	7,5
Sudeste	6,1	6,3	7,7	7,3	8,1	8,8	9,4	10,7	11,9	12,6	12,9	13,6	15,4	16,3
Sul	4,9	6,0	7,5	7,7	8,1	9,6	10,4	12,5	13,7	15,8	15,2	16,1	17,0	16,6
Centro-Oeste	4,3	4,8	5,1	6,5	6,3	6,8	7,7	9,7	11,9	12,3	12,1	13,8	14,8	15,5
Localização														
Urbano Metropolitano	7,3	7,9	9,3	9,1	9,6	10,4	10,7	12,1	13,5	14,2	14,2	15,0	16,7	17,5
Urbano Não-Metropolitano	4,5	4,6	5,6	5,7	6,1	6,7	7,6	8,9	9,9	10,8	10,9	11,6	12,9	13,3
Rural	0,5	0,8	1,1	1,1	0,8	0,9	1,5	1,4	1,6	1,5	1,6	2,1	2,4	3,2
Sexo														
Masculino	4,2	4,1	5,0	5,0	5,7	5,9	6,3	7,7	8,3	9,1	9,0	9,6	10,6	11,2
Feminino	4,9	5,5	6,6	6,6	6,8	7,8	8,5	9,9	11,3	11,9	11,7	12,6	14,2	14,8
Raça ou Cor														
Branca	7,3	7,8	9,3	9,4	10,1	11,1	11,9	14,1	15,5	16,6	16,1	17,3	19,2	19,8
Negra	1,5	1,5	2,0	1,8	2,0	2,1	2,5	3,2	3,8	4,4	4,9	5,5	6,3	6,9

Fonte: Microdados da PNAD (IBGE). Elaboração: DISOC/IPEA

Notas: <sup>1</sup> A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

<sup>2</sup> Raça negra é composta de pretos e pardos.

<sup>3</sup> A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

desde então, manteve-se constante até 2003 e depois começou a cair. Inicia-se a década de 1990 com um índice de 22,8% e chega-se a 30,9%, com crescimento de apenas 0,6 p.p. ao ano. Por sua vez, a taxa de frequência líquida, nessa faixa etária, tem apresentado crescimento quase ininterrupto, ao longo do mesmo período, conforme mostra a Tabela 8.

No entanto, os dados apresentados pela tabela evidenciam os problemas de escolarização desta faixa etária, assim como já foi aqui salientado para a população de 15 a 17 anos. Apenas 13% estão no ensino superior, ou seja, parcela mínima da população dessa faixa etária consegue chegar ao ensino superior. Esse fato se deve aos entraves observados no fluxo escolar dos ensinos fundamental e médio, que têm elevada taxa de evasão e baixa taxa média esperada de conclusão, como visto anteriormente.

**Tabela 9**

Taxa de escolarização líquida das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por categorias selecionadas, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – 2007

Brasil, sexo, cor, situação no domicílio, Grandes Regiões	Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	28,0	39,2	51,4	63,8	76,9
Norte	21,9	28,4	35,0	42,3	63,3
Nordeste	21,2	27,2	33,3	44,1	63,3
Sudeste	39,6	54,8	62,3	73,0	81,5
Sul	37,3	48,2	60,6	65,5	79,6
Centro-Oeste	36,9	40,0	48,3	58,4	72,7
<b>Localização</b>					
Urbano	28,3	42,0	54,0	64,4	77,1
Rural	18,3	25,3	37,6	50,8	76,1
<b>Raça ou Cor</b>					
Branca	35,8	46,3	55,7	67,2	80,7
Preta ou parda	25,3	35,4	47,8	58,7	66,3
<b>Sexo</b>					
Homens	22,5	31,5	45,3	59,2	74,3
Mulheres	33,7	47,2	58,4	68,8	79,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2007).

Por sua vez, é provável que o aumento da frequência líquida na faixa etária de 18 a 24 anos seja um dos efeitos da política de ampliação do acesso à educação superior, encampada pelo Ministério da Educação, a qual vem sendo estruturada por três linhas de ação: 1) ampliação das vagas nas instituições federais de ensino; 2) ampliação do Financiamento Estudantil (FIES); e 3) instituição do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Essas iniciativas deram novo fôlego à expansão da educação superior.

As maiores desigualdades são verificadas quando a população dessa faixa etária é comparada segundo as regiões e de acordo com a localização de seus domicílios. A diferença de acesso é pronunciada entre as regiões, especialmente entre o Sul e o Nordeste. Na primeira, 16,6% dessa população frequentam o ensino superior e no Nordeste apenas 7,5%. Da população de 18 a 24 anos da zona urbana metropolitana, 17,5% frequentam o ensino superior, porém na zona rural essa taxa é de apenas 3,2%, ou seja, quase seis vezes menor. Há também desigualdade no acesso ao ensino superior entre brancos e negros: 19,8% dos jovens brancos o frequentam, ao passo que a taxa para a população negra é de 6,9%.

### Considerações finais

A análise anterior quanto ao acúmulo de escolarização revelou ampliação do número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais. No entanto, persistem os fortes diferenciais regionais, que são também expressivos quando se observa esse indicador levando em consideração o quesito localização e raça/cor. O hiato educacional mostrou-se muito elevado, o que, em grande medida, expõe as dificuldades dos alunos em concluir, no período adequado, seu período de estudo, o que remete aos problemas da repetência e evasão escolar.

No que diz respeito ao analfabetismo, mostraram-se as seguintes características: é bem mais acentuado na população negra; as regiões menos desenvolvidas, os municípios de pequeno porte e as zonas rurais são aquelas que apresentam piores índices: está fortemente concentrado na população de baixa renda; o porcentual e a quantidade de analfabetos ampliam-se quanto mais velha é a população.

Além disso, constatou-se que a taxa de analfabetismo dentro de uma mesma geração é pouco sensível a mudanças com o passar dos anos. A queda do analfabetismo está ocorrendo pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional, isto é, com a morte dos idosos analfabetos.

A taxa de escolarização teve incremento para todas as faixas etárias, fato que também ocorreu para as taxas de frequência líquida em todos os níveis de ensino, sendo que os maiores incrementos ocorreram no ensino médio e no ensino superior.

A análise na perspectiva dos níveis de ensino mostrou que na educação infantil os problemas apresentados revelam que a equidade permanece um alvo ainda distante quando se trata do direito das crianças pequenas à educação. Além disso, quanto aos padrões de qualidade, corre-se o risco de que uma possível expansão se faça sem padrões de qualidade adequados, especialmente nos municípios que não contarem com recursos próprios para complementar os gastos. No ensino fundamental o maior desafio é a melhoria da qualidade do ensino (que vale para os demais níveis e modalidades da educação básica). Além disso, salientou-se que o grande desafio é a regularização do fluxo escolar, ou seja, é preciso atingir a universalização na conclusão do ensino fundamental e não apenas seu acesso. No ensino médio os dados mostraram que o país ainda não universalizou este nível de ensino. Além disso, tem-se o desafio de que, se houver a correção de fluxo do ensino fundamental e a ampliação do acesso ao ensino médio em direção à universalização, a capacidade instalada atual para oferta de ensino médio pode ser insuficiente para incorporar, imediatamente, o contingente de todos os jovens de 15 a 17 anos que deveriam frequentar esse nível de ensino. Portanto, são necessárias melhorias e expansão de capacidade física instalada para garantir o acesso e a permanência. No ensino superior também os desafios são ainda maiores, principalmente em razão da baixa frequência e das disparidades e desigualdades de toda ordem existentes.

Pensando em termos de desafios para as políticas educacionais, deve-se mencionar que, para as políticas de alfabetização, o grande desafio é o de repensar os atuais programas de alfabetização de adultos para torná-los mais efetivos e, em seguida, realizar a ampliação de sua cobertura. Outro desafio é acelerar o acúmulo de escolarização

da população, o que implica a ampliação do acesso e da permanência da população nas escolas, em todos os níveis e modalidades. Na educação infantil e no ensino médio os dados mostraram que o país está longe de universalizar esses níveis de ensino. Por último, o grande desafio do sistema é a melhoria da qualidade do ensino para todos os níveis e modalidades da educação brasileira, prestando atenção redobrada às novas necessidades de conhecimentos e habilidades requeridos no processo de desenvolvimento econômico e social atual.

*Recebido em agosto de 2009 e aprovado em setembro de 2009.*

#### Notas

1. Anos de estudo (grau de instrução): a classificação segundo os anos de estudo foi obtida em razão da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a um ano de estudo. As pessoas que não declararam a série e o grau e as que apresentaram informações incompletas ou que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo “não determinados ou sem declaração”.
2. *Taxa de frequência à escola* por faixa etária: fornece o porcentual da população por faixa etária que frequenta escola, independentemente do grau de ensino em que está matriculada.

#### Referências

- BARRETO, A.M.F. *Relatório de identificação dos principais avanços e obstáculos à promoção da equidade na educação básica e profissional no Brasil*. Brasília, DF, 2007. (mimeo.).
- CASTRO, J.A. *Situação educacional brasileira: alguns resultados da PNAD-2007*. Brasília, DF: IPEA, 2009.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES). Observatório da Equidade. *Relatório de Observação*, Brasília, DF, n. 1, 2006.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES). Observatório da Equidade. *Relatório de Observação*, Brasília, DF, n. 3, 2008.

Jorge Abrahão de Castro

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007.* (Microdados).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas sociais: acompanhamento e análise. *Boletim de Políticas Sociais*, Brasília, DF, n. 13, mar. 2006.